

Educação e crescimento

CELINA VARGAS DO AMARAL PEIXOTO*

Quanto são os desafios e obstáculos a serem vencidos para incluir o Brasil entre as grandes potências? Quais são as prioridades para que o Brasil seja um elo poderoso na rede da globalização? Como resolver tantos problemas com poucos recursos financeiros orçamentários? Esses são, sem dúvida, relevantes motivos para que os homens públicos brasileiros percamos o sono. O mundo de hoje não abre espaço para quem não detém o conhecimento. No Brasil contemporâneo há mínimas chances de crescimento para quem atende ao requisito básico da educação. Aliás, já são mínimas as oportunidades para quem acumula estudos e preparo técnico.

A educação, portanto, é no meu entendimento, a questão número dois na ordem de prioridades da ação governamental: é preciso qualificar o país. A prioridade um é acabar com a fome.

O Brasil do real e da estabilidade da economia adotou um modelo capaz de integrar o país ao processo de globalização e de se preparar para suas naturais consequências sobre o desenvolvimento social. Economia aberta, novos padrões tecnológicos – a automação, competitividade internacional, qualidade total. Vale observar que as premissas

para a nova conjuntura mundial se apresentavam crescentes no decorrer das duas últimas décadas. A incompetência e a omissão resultou no atraso dos governos em adotar medidas para formatar o país para a nova realidade. O desemprego é o principal fato gerado nessa inconsequência, na verdade, um problema não exclusivo do Brasil.

Potencializar o setor produtivo brasileiro para esse mundo global depende do desempenho do sistema educacional, de diagnóstico conhecido e que provoca indignação, muita indignação. O sistema foi expandido e o acesso universalizado, mas a qualidade do ensino não melhorou; o corpo docente é carente de preparação e há degradação profissional; material didático de baixa qualidade, envelhecimento de currículos; falta de instrumentos de avaliação; elevado índice de repetência; centralização, burocracia e incompetência administrativa na gestão escolar e na distribuição de recursos; esquemas clientelistas e de corrupção; ausência de participação popular e de integração entre escola e comunidade. Cimento armado não educa, nem prepara profissionais de educação.

O presidente Fernando Henrique Cardoso colocou o tema na agenda governamental e o ministro Paulo Renato conse-

guiu definir uma política pública para a educação, mas falta muito para o país atingir um patamar que consiga reverter o quadro de exclusão por conta do desconhecimento. Essa política já resultou na criação do programa TV-Escola, na formação do Conselho Nacional que trata dos livros didáticos, no Sistema Nacional de Avaliação de Educação Brasileira (Saeb), que cria instrumentos de avaliação em todos os níveis, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Valorização do Magistério com o objetivo de ampliar os recursos destinados à educação para se chegar a um gasto mínimo por aluno superior a US\$ 300 por ano e a um piso salarial de R\$ 350, além da criação de Conselhos Escolares formados por diretores, professores e pais de alunos.

O desafio em pauta é aprofundar essas medidas, priorizando uma das mais relevantes: a descentralização do sistema educacional. Trabalhar pela descentralização deste e de outros sistemas de poder significa propor mudanças na estrutura política do país, implementar novas formas de governar, e estabelecer um novo relacionamento entre a autoridade e a sociedade. É melhorar e melhorar. Aprender e aprender, sempre.